

Contra as redes da invasão: no meio da trama, o sentido e a interpretação*

Ivo Lucchesi

(...), penso que todos nós precisamos de uma *experiência*, ou seja, de um desconhecido, de uma surpresa, dor ou encantamento e, depois, da compreensão desse choque. Será ainda possível? Talvez não (Julia Kristeva, 2000: 29).

O artista não inventa, descobre. Não produz, desvenda. Não cria, divulga. Como os grandes místicos, vê o que os outros não vêem, como eles, tem sua noite escura e suas iluminações, porém, assim como eles, tampouco cria o objeto de seu êxtase: contempla-o simplesmente e, tanto quanto pode, exprime-o e manifesta-o (André Comte-Sponville, 1997: 230).

No meio da trama

As duas epígrafes com as quais abrimos a aventura desta escrita pretendem sinalizar o tom prevalente ao longo das nossas reflexões. As conexões, bem como as possíveis tensões, entre *sentido* e *crise* servirão de suporte para a tentativa de compreensão de uma crise, cujo perfil está em curso e em múltiplas faces, desde a fundação da modernidade.

Obviamente, não é por acaso que Kristeva confere destaque à palavra “*experiência*”, como suporte indispensável ao sentido transformador da vida, razão pela qual, após a “*experiência*”, a consciência a ela exposta não pode mais ser o que, antes dela, o era. A questão que, segundo Kristeva, caracteriza o fluxo vital da contemporaneidade reside no fato de a “*surpresa*”, a “*dor*” e o “*encantamento*” serem estados existenciais ameaçados de não mais sobreviverem como vivências e expressões da subjetividade. Em sendo verdadeira tal suposição, significa que estará em processo crescente o esvaziamento da subjetividade. É, portanto, aconselhável que, para

efeito de melhor compreensão, se recupere o sentido etimológico da palavra “experiência”, a exemplo de como procedeu Manuel Antônio de Castro (2000: 23), de quem recolhemos a explicação: “Ela se compõe do prefixo *ex-* e do radical *per-*. De *per-* se formou o verbo grego *perao*, que significa originariamente: atravessar, e o substantivo *peras*: limite”. Da composição morfológica da palavra se deduz que só há experiência possível se o ser se permitir uma travessia existencial, capaz de conhecer (e, quem sabe, ultrapassar) o limite. Todavia, bem se sabe que a modernidade se instala em meio a um projeto para o qual não se estabeleceram limites. E aqueles que, de certo modo, existiam foram sendo pouco a pouco demolidos. A voracidade, a ferocidade e a velocidade do sistema capitalista, para bem e para mal, se encarregaram de abatê-los. Em nome da liberdade, e em troca de algumas conquistas, varreram-se fronteiras, alterando comportamento, moral, costumes, territórios e hierarquias. Enfim, o motor da crise recebeu renovada injeção de volúpia, multiplicando ao ilimitado a potência de sua ação.

Pensar os desdobramentos e procurar compreender as mutações envolvidas na aventura da modernidade são os propósitos da presente reflexão. Para tanto, o ato interpretativo guiará o itinerário de um mapeamento que se pretende crítico, mesmo correndo o risco de que sempre é alvo a interpretação. No entanto, no limite desse risco, é que se justifica a “experiência” contra uma época em cujo modelo o “mito da informação” tenta desprezar, suprimir e exilar o ato interpretante. A revitalização da interpretação pode constituir-se num fundamento pródigo para a remoção de um quadro societário que parece entregue a um estado de oscilação entre o conformismo cotidiano para o qual parece bastar o perfil descartável da informação e o deslumbramento com a fetichização, ambos capitaneados pela revolução tecnológica. Assim, não nos furtamos em citar mais uma vez Julia Kristeva (2000: 15): “A interpretação, como a compreendo, é uma revolta /.../”, percepção, aliás, bem diversa daquela professada por Susan Sontag, para quem a interpretação representa um procedimento autoritário e contrário à liberdade.

Talvez, uma nova trincheira deva ser erguida, de modo a fazer frente ao formato de uma diferente batalha. O grito revolucionário com que se agitavam ruas e avenidas das grandes cidades fez ampliar o poder dos órgãos de repressão. Isto é fato. Diante dessa constatação, resta apostar na recuperação de procedimentos reativos mais resistentes à força dos mecanis-

mos de controle. Trata-se de investir em práticas tanto discretas quanto silenciosas, ou seja, uma estratégia à altura de reinserir na trama da vida o *sentido* como valor, seja de uso, seja de troca, visto que o modelo societário vigente acena com a falência do *sentido*. Concretamente, deseja-se registrar que, nos atuais tempos, a marca dominante com a qual se comporta a maioria dos seres, em relação à linguagem, está configurada pelo progressivo desinteresse que os agentes dos atos comunicacionais demonstram quanto à compreensão dos significados, em meio à vasta gama de discursos circulantes. Palavras, imagens e sons, ao que parece, são recursos empregados por “agentes comunicacionais” que tendem a banalizá-los, difundindo progressivamente um nível de comprometimento cada vez menor com a *significação*. Em seu lugar, reina a *informação*. Isto quer dizer que o perfil valorizado deve ser portador de ingredientes básicos, tais como: a objetividade e a velocidade, ficando marginalizadas (ou mesmo, excluídas) a reflexão, a criticidade e a interpretação.

A gravidade presente nesse quadro aponta para o fato de que, uma vez subtraídos esses três estados mentais, praticamente se desfaz a rede com a qual se tece a subjetividade, restando apenas a consciência superficial na sua mais frágil e debilitada construção. Daí, a predominância de atos comunicacionais calcada na reprodução de conteúdos, acompanhada da inevitável carência de inventividade. Está, na verdade, em franco andamento, a *mimetização da linguagem*, sob a liderança dos sistemas midiáticos.

Até reconhecemos que, para certas situações típicas da agitada vida moderna, deva concorrer um padrão comunicacional ajustado a determinados fins e exigências. Porém, essa constatação não legitima o arquivamento de processos mais sofisticados com os quais tentamos pensar o mundo e procuramos refletir sobre nós mesmos. Afinal, somos a medida de nossa linguagem. Nem mais, nem menos. Também é impossível a aceitação da idéia defendida por alguns segmentos das “agências comunicacionais”, cujo fundamento está agregado a um raciocínio falso. Acreditam eles que a profundidade de pensamento cabe na superficialidade de um discurso direto. O padrão de linguagem que se destina a informar sobre um acidente na esquina não pode ser o mesmo das implicações dramáticas, políticas e econômicas que se agregam ao acontecimento de um atentado terrorista. As duas situações têm pesos distintos: a primeira se resolve com *densidade objetiva*; a segunda se confronta com *intensidade dramática*. Tal diferença só pode ser demarcada pela linguagem. À primeira

satisfaz plenamente o regime linear da informação, disposto numa cadeia sintático-semântica de perfil simplório. A segunda exige sofisticação analítica, em face das inúmeras implicações que circundam e transcendem os limites do acontecimento.

O cenário, sumariamente aqui exposto, não esconde seu propósito, no sentido de assinalar sérios e gravíssimos descaminhos aos quais está subordinada a vida de milhões de seres, ou bilhões, se fizermos uma projeção em escala planetária. Tudo, ao redor do indivíduo, está preparado com o intuito de o perigo próximo (ou já interiorizado) não se tornar perceptível, para além de seu apelo sensorial. O impacto da notícia deve inspirar o medo, sem contribuir para a tentativa de compreendê-lo e, menos ainda, de superá-lo. Vozes reativas contra essa dissimulada forma de dominação existem aqui e ali, no âmbito do pensamento teórico e crítico. Todavia, o alcance de seu eco é demasiadamente tímido, não chegando aos segmentos necessários, o que os restringe a um círculo depositário desse saber, instituindo, com isso, redundância e ineficiência, sem, portanto, remover o abismo entre os detentores do conhecimento e os contingentes populacionais destituídos de saber, além de outros que acreditam havê-lo adquirido.

Aos professores, principalmente do ensino médio e secundário, restaria o papel de difusores do pensar crítico, não estivesse sua grande maioria também impregnada de igual “intoxicação”. Dando-se conta, ou não, os agentes educacionais reproduzem a matriz viciada, até porque muitos deles são já resultado de um processo histórico implantado à luz de um modelo deformador.

Algo de profundamente impactante abalou a subjetividade do ser ocidental, principalmente na última metade do século XX. Alteraram-se de modo considerável o ritmo e o sentido da *duração*, com repercussões diretas na subjetivação, transformando o processo de fruição narrativa, seja no âmbito da recepção estética, seja no campo das relações interpessoais, atinentes à realidade vivencial. Em várias áreas da cultura, detecta-se, em consequência de tais mudanças, a impaciência contra o tempo exigido para que a experiência fruidora permita o ato interpretante, capaz de traduzir um *sentido*. O ritmo da vida moderna, em aliança com as novas ferramentas tecnológicas, o que será objeto de desdobramento em partes à frente, desviou a prática da reflexão para o regime compulsivo da excitação febril, produzindo fraturas na relação ser e linguagem. Certa *entropia comunicacional*

tomou lugar do que antes era a experiência estética e, em sentido amplo, gnosiológica. Em outros termos, deseja-se caracterizar que novos sintomas surgiram no campo societário contemporâneo, suficientes para desenharem um quadro de crise na comunicação.

Consideremos, pois, alguns aspectos tradutores daquilo que, nos parágrafos anteriores, foi objeto de observação. A julgar pelo que se faz reconhecível nas cenas do cotidiano, é patente quanto a vida moderna se vê invadida pela presença do culto à desconexão e à dispersão. Talvez se mostre útil a explicitação de algumas situações concretas, responsáveis, em grande parte, por aquilo que será abordado sob o nome de *relações disjuntivas*:

1. celulares e *e-mails* disparam a todo instante em todas as direções, desde os necessários até os mais inúteis, o que se dá na maioria dos casos. As pessoas tendem, diante das novas ofertas, a um estado de deslumbramento, sem perceberem que estão colaborando para o fortalecimento de práticas de controle, rastreamento e perda de privacidade. Em nome de raras ocasiões de real necessidade, vendem a autonomia de todas as demais para as quais a necessidade não se apresenta. A posse da mercadoria lhes parece mais atraente que cultivar a expansão de uma vida interior. A cada sobressalto provocado pelo disparo de um celular, corresponde a interrupção de um *fluxo subjetivo*, enquanto uma companhia telefônica faz a fatura contábil dos impulsos.

A propósito da questão que envolve a frenética prática da comunicação a reger o ritmo do cotidiano moderno, convém salientar a atmosfera de fantasmagoria a pairar sobre as práticas comunicacionais, com base na lógica perversa instalada tanto pela tecnologia quanto pelo ideário da Nova Ordem Mundial, a partir do episódio do atentado aos EUA, em 11 de setembro de 2001. A oferta de disponibilidades comunicacionais parece diretamente proporcional aos níveis de ameaça, decorrentes dessa mesma oferta. À ampliação da oferta de “ferramentas” da comunicação corresponde a profusão de perigos cujo efeito tende a imobilizar e silenciar as pessoas.

Algo de mais grave, porém, pode estar em curso: potencializa-se a difusão da informação e sataniza-se a troca de mensagens. A primeira diz respeito a um prazeroso convite à liberdade; a segunda sugere um confinamento resignado, em nome da segurança. Nessa feição tensionada lucram os detentores da informação, ou seja, os agentes da mediação: os veículos de comunicação. Na outra ponta do arco, alocam-se seres que, sitiados pelo medo, recusam a troca sobre o que recebem, como fogem da

experiência concreta do corpo-a-corpo, em nome do fantasma da Aids. Estaremos, portanto, retornando ao tempo das vozes silenciadas, tanto pelo pouco que tenham a dizer quanto pela interiorização do receio pelo que tenham a comunicar? O modo eficaz para encobrir essa possibilidade real talvez resida na falsa sensação de proliferantes “redes interpessoais de comunicação”, preenchidas na maioria dos casos por futilidades e textos descartáveis.

A reflexão acima quer significar quanto se revela preocupante o progressivo aprisionamento em torno das relações comunicacionais, em nome da segurança: telefones, sob o controle de “escutas clandestinas”; *e-mail*, além do rastreamento da CIA e do FBI, sob a permanente mira de vírus e, por fim, o secular hábito da carta, agora objeto de potencial contaminação letal pela presença de alguma “arma” química. Eis aí uma ironia plantada no epicentro da sociedade da informação, ou como a denominou Adam Schaff, na obra *Sociedade informática*;

2. comerciais se sucedem nas programações tanto televisivas quanto radiofônicas, gerando na subjetividade receptora a suspensão de emoções ou de idéias que paralelamente, porventura, estivessem em curso. Na outra ponta, alguém lucra;

3. na internet, dada a facilidade oferecida pela ferramenta, desliza-se de um *site* para outro, independente de afinidades temáticas ou de outra ordem. Simplesmente, o ato é ditado pela fácil possibilidade de realizá-lo, perdendo-se, com isso, a continuidade de um estado que poderia permitir algo de produtivo;

4. imagens irrompem de todas as partes e sob todas as formas (letreiros luminosos, cartazes, *outdors*, painéis, vitrines), deteriorando a capacidade de selecionar e fixar aquilo que, efetivamente, haveria de merecê-lo;

5. músicas penetram os mais diferentes ambientes (apropriados e inadequados), de modo a multiplicarem tanto a banalização de que muitas delas são portadoras quanto a trivialização daquelas que mereceriam audição reservada e especial, fazendo perder-se o sentido de uma experiência estética com a qual se pode inibir o processo de embrutecimento do ser;

6. a proliferante tagarelice – que tanto permeia, a título de entretenimento, as freqüentes “entrevistas” televisivas, voltadas ao incremento da “cultura da fofoca” quanto igual vazio se reproduz, na maior parte das conversas, ao longo do dia – alimenta a prática de uma comunicação banal, bem como o hábito por um linguajar beirando o vulgar, fato hoje verificável no próprio meio universitário;

7. a institucionalização da indisciplina quanto ao descumprimento de horários, mesmo aqueles cuja essência demandaria certa regularidade, a exemplo dos horários de aulas, filmes, *shows*, peças de teatro. Tudo é vivenciado com base numa vida na qual a narrativa desapareceu e a ritualização foi associada a uma norma velha. Então, nada tem princípio, meio e fim, ficando a impressão de que a experiência existencial pode ser costurada pela combinação de retalhos completamente desconectados entre si, razão pela qual, também, nesse modelo se perde a memória, dada a ausência de referências;

8. há a ilusão de que a vida não requer mais um projeto, importando apenas que nela seja injetada “adrenalina”, como modo de, artificialmente, conferir emoções intensas à sucessão de uma existência esvaziada de maiores apelos e apegos;

9. a escrita, a leitura, a fala e os contatos pessoais parecem destinados ao tempo de um comercial ou de um *clip*. Tudo rápido e rasteiro, sem deixar rastro e sem firmar vínculos. O tempo da palavra deve durar o tempo de uma imagem numa telinha, ou seja, vive-se sob o triunfalismo da *excitação*, conspirando-se intensamente contra a *reflexão*, sem se perceberem as implicações decorrentes dessa substituição e sem se atentar a quem tal processo interessa, seja como fatura, seja como esquema de dominação;

10. a crença ingênua em terapias salvacionistas e bulas de remédio fabricadas pelo poderoso *laboratório da auto-ajuda* fecham a paisagem de uma realidade patológica, cujos seres por ela gerenciados vão ao encontro tanto da droga quanto da violência, seja como sobrevivência psíquica, seja como afirmação corpórea. Para tanto, as forças sistêmicas sinalizam mentes desconectadas em corpos cada vez mais fortes e esbeltos, isto é, o culto às aparências ganha, com isso, mais um *round* na luta contra a consciência.

O quadro descrito permite a percepção crítica acerca de alguns ângulos que fragilizam a suposta robustez de certas “matrizes teóricas” com as quais o projeto da modernidade, durante décadas, procurou ser compreendido e analisado. A propósito de tal questão, vale lembrar a eficaz reflexão de Alain Touraine, na abertura da terceira parte de *Crítica da modernidade*, ao focar o “nascimento do sujeito”, como marco de fundação de um novo estágio civilizatório do Ocidente. Touraine se faz uma pergunta: afinal, a modernidade teria sua identidade assinalada pela “racionalização” ou pelo “desencantamento do mundo”?

Dar-se-ia, pois, com Descartes (e o inevitável desdobramento em Kant e Hegel) a percepção efetiva da inauguração de um projeto emancipatório do indivíduo, ou, mais adiante, já no auge de um processo acelerado pela segunda etapa da Revolução Industrial, a Max Weber caberia destinar o crédito autoral com que melhor sintetizaria os rumos da modernidade sob o signo do “desencantamento”? Touraine não se equivoca ao flagrar essa dupla possibilidade. Todavia, outras referências a essas podem ser somadas e, entre elas, não faltariam a turbulência poética de Baudelaire, nem as “dores do mundo” proclamadas pelo verbo esgarçado de Schopenhauer. Menos ainda perderiam lugar na galeria das contribuições reflexivas e inventivas de Marx, Nietzsche e Freud, culminando em Heidegger e Sartre.

Compreender a travessia da modernidade na qual Baudelaire percebeu residir o ponto nevrálgico – para o poeta, o fundamento da modernidade diz respeito ao sentido do tempo: o eterno no instante – representa o enfrentamento de uma aventura intelectual árdua e não menos apaixonante. Em linhas gerais, o curso da crise com que se move a modernidade pressupõe o reconhecimento da vitalidade crítica e, ao mesmo tempo, a incompletude de todas as matrizes teóricas: racionalismo (Descartes e Kant), iluminismo (Voltaire, Rousseau, Diderot), liberalismo (Smith), materialismo dialético (Hegel), positivismo (Comte), materialismo histórico (Marx), teoria psicanalítica (Freud), fenomenologia (Husserl), pragmatismo (Dewey), existencialismo (Kierkegaard, Heidegger, Sartre) traduzem a tentativa de desvendar a esfinge do tempo capitalista que, célere, segue imprimindo o ritmo avassalador impulsionado por uma vontade incontida e ilimitada. Contra essa marcha voraz, ergue-se a muralha do pensamento teórico com suas multifacetadas angulações. Na realidade, há de se constatar que todas as formulações filosóficas e econômicas, além de outras tantas proposições estéticas (do Renascimento às vanguardas européias), padecem de um conflito interno insolúvel entre a beleza de um pensar arguto e a inevitável limitação oriunda da implacável aceleração dos acontecimentos e das mutações históricas.

Fazendo uma ponte entre os tempos de outrora e o de agora, tudo indica que tais “matrizes” desmoronaram junto com as “torres gêmeas”, sobrando delas pensamentos em ruínas. Que destino terá, por exemplo, todo o esforço reflexivo de um Habermas que apostou suas fichas no “cassino” do *consenso* e na “roleta” da *eficácia comunicativa*? E o próprio Schaff,

já citado? E que fazer com o deslumbramento do “teórico” Pierre Lévy que, agora, ao lado do mundo encantado do *cyberspace*, tem de acoplar o fantasma do “terrorismo eletrônico” e a proliferante volátil rede mundial do capital especulativo, parceira (involuntária ou não) da bilionária receita oriunda do crime organizado, fazendo bola da vez essa ou aquela economia, de modo a transformá-la em mero títere de crises manipuladas? Ou seja, instalou-se uma *entropia* no próprio pensamento teórico, frente a uma realidade que, em minutos, pôs abaixo estados de crença, convicções mais metodológicas que propriamente filosóficas, mais da ordem do “operatório” que do “saber”, na distinção proposta por Pierre Fougeyrollas, na obra *A filosofia em questão*. Igualmente desmancha-se todo o empenho de um Norberto Bobbio dedicado ao esforço de compatibilizar a prática do liberalismo com o ideário da democracia. Diferente destino também não têm os que mais recentemente embarcaram no “titanic” do multiculturalismo (nada além de uma face da globalização aplicada ao produto cultural), reduzido agora a uma esfinge com um perfil irremediavelmente aporético. Enfim, as torres dos santuários nas quais as seitas “teóricas” cultuavam os rituais do pensamento de propósito hegemônico foram abatidas pelo inesperado que suas fórmulas não continham.

Em breves considerações (o elenco do diagnóstico ainda comportaria outros registros), estão alinhavados aspectos de uma trama na qual se pode depreender que, se o *sujeito* já não está morto, seguramente agoniza. Tal recorte adquire plena visibilidade, ao identificarem-se quatro processos estruturadores de um controle em âmbito societário:

1. a *ação* do indivíduo se faz refém de uma *vontade sistêmica* (é sempre o “outro” que quer e deseja), em troca de pequenas fantasias de consumo descartável;

2. a *produção do discurso* se tornou propriedade da esfera midiática, transformando os demais seres em meros reprodutores de pequenos e enganosos relatos (noticiários): a *verdade* adquire o formato do que cabe numa notícia, deixando de sê-lo o que dela estiver fora;

3. o mundo parece condenado ao estigma da *falsificação*, sob a regência de uma “afinada e afiada orquestra do *marketing*” que não poupa esforços em invadir os mais variados setores da vida societária;

4. a consciência aturdida se vê prisioneira de uma tensão entre esperança e desassossego, tutelada pela seguinte fórmula: a ciência, de um lado, a prometer um futuro fantástico, e a tecnologia, de outro, a produzir artefa-

tos mirabolantes, em nome dos altos benefícios para a humanidade, tornam-se responsáveis por certa fantasmagoria, em decorrência das próprias descobertas e realizações. Claro, não se pensa aqui em promover um discurso contra a ciência ou contra a tecnologia. Elas seguem seu caminho na espiral da História e da pesquisa. Afinal, o conhecimento não dá passos atrás e, menos ainda, contenta-se em não seguir em frente. É indiscutível o benefício que ambas emprestam à vida. Por outro lado, não é menos perceptível o elenco de malefícios gerado por ambas. Trata-se de mais uma armadilha que só o ser humano pode desfazer, exigindo-se para isso, porém, que ele sofistiquem sua capacidade de perceber quando está (ou não) sendo atraído para a mais recente tentação.

Enfim, uma radical disjunção se instalou na relação entre *ser e linguagem*, de modo a tornar opacas a visibilidade e a legibilidade de um certo real no qual desfilam cadeias de signos com sentidos congelados pelas consciências aturdidas. O desafio está posto: desenvolver mecanismos reativos, à altura de ampliar a massa crítica da população, sob pena de tudo transformar-se num imenso arrastão de crises e rupturas existenciais cuja consequência haverá de ser o inevitável aumento de um “mal-estar” administrado crescentemente por doses de “prozac”, ou equivalentes. O ser contemporâneo parece haver perdido a dimensão subjetiva do êxtase, para, em troca, permitir-se ralos momentos de prazer ofertados por uma pílula mágica cujo nome é, sintomaticamente, revelador: *ecstasy*.

O enfrentamento da crise requer a reinvenção de uma *pedagogia do olhar*, capaz de redefinir o sentido profundo da vida, sem que tal estratégia se confunda com a retórica de um gasto discurso humanista ou voluntarista. O corpo societário, nos tempos atuais, não exige apenas investimentos em educação, mas também outros tantos destinados à *reeducação*. Neste sentido, a situação brasileira é gravíssima, seja pelo expressivo contingente de excluídos pelo analfabetismo, seja pelo vasto espectro populacional *deseducado* pelo modelo recebido. É preciso registrar que, nas últimas décadas, se tem acentuado um processo educacional no qual o “saber fazer” se afirma em detrimento do “saber pensar”, disto resultando a deformação cognitiva e perceptiva, geradora de uma existência cada vez mais reificada, sem que os seres se dêem conta quanto à procedência do desconforto presente em suas vidas. Progressivamente divorciados de atos mentais interpretantes, perdem-se como reféns de ofertas falsamente salvíficas. E assim a bola de neve tem crescido no calor dos Trópicos, derretendo-se

sob a forma da escalada da violência. Temos, pois, um quadro composto por subjetividades violadas e corpos violentos.

O primeiro passo na direção de um novo perfil societário consiste no reconhecimento crítico do elenco de valores, bem como a recusa de tudo que se faça orientar por mistificações e projetos inautênticos. A questão está posta. Falta dar a partida...

Talvez não se ofereça melhor atalho crítico para traçar o esboço da modernidade, senão o reconhecimento da contradição com a qual o espírito da modernidade se insinua. Em seu nascedouro, há uma inevitável justaposição de forças contrastantes: de um lado a aposta na aventura libertária e gozosa; de outro a fantasmagoria oriunda dessa mesma aspiração como se se unissem a euforia e a melancolia na profunda convicção de que aos ganhos da conquista irremediavelmente se iria somar o desencanto das perdas. Nesse sentido, portanto, vê-se a modernidade como um projeto produzido na fratura de um ideário a marcar o Ocidente pela passagem da juventude à maturidade crítica. O atingimento de tal estado faz pressupor a constatação de três perdas: a *pureza*, a *ingenuidade* e a *inocência*. São elas configurações que em nada dizem respeito a estágios cronológicos e sim a *experiências perceptivas* e, portanto, modificadoras de um olhar com o qual se passa a ver o mundo, ou seja, a modernidade trouxe à consciência dos seres a inevitabilidade de sua contaminação com a *ordem do mal*.

A *ordem do mal* constitui-se, pois, numa aporia na fundação da modernidade da qual a cultura do Ocidente parece não ter como dela se descartar. O processo não abriga retrocessos. Não é de todo improvável que Kant tenha percebido essa questão, ao propor a distinção entre o *mal* e a maldade¹. Trata-se, na verdade, de um movimento espiral cuja única diferença é determinada pela intensidade do movimento (mais ou menos acelerado), porém contínuo.

Compreendido um dos pilares de sustentação da modernidade, cabe conceituar o inventário das três perdas. A *perda da pureza* é a revelação do *mal* à consciência do ser. Saber-se habitado pelo mal implica um corte profundo com a idealização infantil acerca do bem. Num certo aspecto, podemos afirmar, menos afinados com o pensamento de Rousseau e mais próximos às formulações engendradas por Freud, que o *mal* governa os destinos da civilização, sendo o bem uma invenção humana com a qual o corpo societário procura conter os avanços do mal. Já a *perda da ingenuidade* se refere à consciência de que vivemos em meio à territorialidade do mal, ou seja, tomamos

ciência de estarmos inapelavelmente condenados a nos defrontarmos com seu espectro, ou a nos confrontarmos, ou ainda a sucumbirmos perante ele. Por fim, a *perda da inocência*. A esta resta a consciência de certa “culpa” que existencialmente temos de assumir, porque nos fazemos parte inseparável do conjunto societário e contingencial no qual estamos inclusos. No contraponto dessas “perdas”, instaura-se a definição do *ethos*. A conquista da ética deriva necessariamente da capacidade de o ser adquirir o equilíbrio possível, à altura de fazê-lo suportar a *dor* das perdas, traçando para si o caminho retilíneo com o qual constrói o projeto de sua existência.

A despeito de os pensadores da Antigüidade Clássica não haverem formulado conceitos acerca da plurissignificação, nem por isso Platão e, mais incisivamente, Aristóteles ignoraram a necessidade de analisar-se tanto a ordem do discurso na perspectiva crítica das intenções, como de seus naturais efeitos no âmbito do receptor. Por outro lado, aos estóicos não escapou a noção primeira de *signo*. Os estóicos formularam com clareza a relação dual do signo em significante e significado. Para tanto, valeram-se de nomeações tais como: *semeion* (signo), *semaínon* (significante) e *semainoménon* (significado), fontes das quais Saussure bem se soube servir.

Igual inclinação teve a Retórica Clássica ao manifestar o entendimento quanto ao fato de a ordem discursiva suscitar significações para além de sua estrutura de superfície, ou seja, o nível manifesto do discurso. Diferente também não foi a preocupação de Horácio e Longino.

Dando um salto na história – já que o propósito aqui não é orientado por um rigor cronológico – podemos creditar a Hegel, no volume IV de *Estética: a arte clássica e a arte romântica*, uma das mais esclarecedoras referências quanto ao que mais modernamente veio a tornar-se o eixo central das teorias do discurso. Sem dúvida, Hegel, antes do surgimento dos semiólogos, problematiza a questão do signo, a despeito, ainda, de fazer uso de um jargão tradicionalizado, em torno do binômio *forma / conteúdo*:

A arte que ainda é obrigada a procurar ou a inventar o seu conteúdo, abandona com negligência este aspecto da forma; mas onde a criação da forma aparece como o interesse essencial e a tarefa própria do artista, o conteúdo desenvolve-se e torna-se cada vez mais explícito, à medida que a forma cada vez mais se desenha, o que aliás se explica pelo que dissemos sobre o paralelismo que existe entre a perfeição do conteúdo e a perfeição da forma (Hegel, 1972: 30).

Ora, o que o texto de Hegel nos permite inferir diz respeito diretamente ao problema de fundo que norteia, posteriormente, o pensamento do norte-americano Charles Sanders Peirce, empenhado na classificação dos signos. Hegel, a despeito de, necessariamente, não haver explicitado, equaciona, com precisão, o drama no qual ingressava a arte romântica (ou moderna): a obrigatoriedade de, para conteúdos já sacralizados pela tradição clássica, encontrar novas formas, sem que um plano viesse a violentar o outro. Em última instância, Hegel estava delineando os fundamentos dos quais adiante se ocupariam tanto Saussure quanto vertentes da semiologia, no tocante a texto e subtexto, construção e significação e demais concepções binárias, base para o ideário estruturalista. Ao tratar da tensão *forma / conteúdo*, Hegel antevê o estado de perplexidade quanto ao destino de aguda crise diante da qual haveria de se ver a estética romântica: o prenúncio do esgotamento do signo.

Na raiz do sofrimento romântico, afora o que, a respeito dele se declara, se inscreve a esgotabilidade de um investimento na conquista da felicidade, alojando-se, como sintoma, de um reconhecimento: a perda da *transparência do sentido*. Tem início, na estética romântica, a expressão de um “eu” que teme viver a fratura radical entre *ser e linguagem*. Daí decorre a procura agônica por uma *forma tensionada*, oscilante entre a metáfora e a antítese, à altura de ainda, como último espasmo de crença, comunicar algo e, assim, a subjetividade poder escapar da sentença final: a vivência de uma *relação disjuntiva* entre *sujeito e mundo*. Em última instância, Hegel abre o vigoroso caminho que, *a posteriori*, viria ser trilhado por fenomenólogos, semiólogos do século XX, principalmente nas ricas contribuições de Gaston Bachelard, J. L. Austin, Merleau-Ponty, Roland Barthes, Umberto Eco, Julia Kristeva, Tzvetan Todorov, entre outros.

O campo interdisciplinar da Teoria da Literatura tem a propriedade de agenciar os saberes orbitais que compõem o amplo espectro das Ciências Humanas. Destituída de uma concepção excludente, sem no entanto, perder o foco de seu objeto, a Teoria da Literatura estimula permanente sondagem ao ilimitado das representações sígnicas. Seu compromisso supremo se volta para a tentativa de legibilidade dos signos, tencionando, com isso, capturar a rede de sentido. Para tanto, o pensamento teórico fixa a obra como *realidade* construída na *linguagem* e esta, por fim, convertida em *discurso*. Nessa perspectiva, os fundamentos do pensamento semiológico não ignoram e muito menos se opõem à investigação hermenêutica. A

experiência do ser no mundo se manifesta na capacidade de o sujeito convertê-la numa cadeia de signos. O signo, portanto, se oferece como mediador a estabelecer, entre a subjetividade e o plano de realidade, uma proposta de *sentido*, razão pela qual todo o esforço da aventura humana consiste na necessidade de ela instrumentalizar o *potencial de leitura*. Isto quer dizer que a realidade não é, obrigatoriamente, um signo. Realidade é o signo de cuja leitura se extrai *sentido*. Deste princípio, decorre a questão de fundo a permear o suporte reflexivo a definir o tema da presente reflexão.

À luz do exposto, pretende-se investigar como, perante os desafios determinantes para a vivência contemporânea, a subjetividade, sob forte impacto das múltiplas linguagens, vem sendo capaz de operar, com eficiência, a *leitura dos signos*, de modo a permitir-lhe a expansão da consciência, ou se, contrariamente, se multiplicam os mecanismos de obstrução, instaurando, com isso, a proliferação do *estado de aturdimento*. Este é o ponto fulcral a exigir a avaliação de algumas questões, a seguir formuladas:

1. Estará havendo, na sociedade contemporânea, a formação de subjetividades vitimadas pelo fenômeno que nomearemos de *concomitância das assimetrias*, ou seja, a convivência simultânea com regimes discursivos, em si mesmos, excludentes?

2. A crescente oferta de linguagens sofisticadas, veiculadoras, porém, de conteúdos banais, pode ser responsabilizada pelo esvaziamento da leitura?

3. Como, diante de tal paradoxo, hão de se situar as fronteiras entre o discurso referencial e o discurso ficcional, sob o ponto de vista da recepção?

4. Estarão as linguagens midiáticas e infográficas formatando o imaginário e, com isso, empobrecendo a *imaginação*, a ponto de, progressivamente, instaurar-se uma relação disjuntiva entre *ser/ signo/ e realidade*?

5. Por outra, a convergência das distintas modalidades de linguagem, longe de potencializar, no usuário dos códigos, a capacidade de aprofundamento da experiência sujeito/mundo, não reduzirá tudo ao mero consumo do significante, fazendo, em conseqüência, proliferar o *estado de aturdimento* no qual a subjetividade se vê confinada a um isolamento irreconciliável com a *ordem do sentido*?

6. A velocidade – traço constitutivo das linguagens nascidas à luz da sociedade industrial – não haverá instituído, na subjetividade, um novo conceito de “duração”, a ponto de transformar radicalmente o processo de entendimento do que significam as próprias linguagens para o ser a elas exposto?

7. Em que medida a *duração* das imagens (visuais) numa tela contamina o *tempo de leitura*, em oposição ao exigido pelo discurso verbal?

Enfim, a cena contemporânea impõe o repensar radical acerca do que se situa na base de sustentação de um estágio civilizatório, à altura de sinalizar rupturas violentas jamais imaginadas. Claro está que os dramas a envolverem a *gnose* contemporânea não se resumem às sete questões acima propostas. Por outro lado, é igualmente reconhecível o fato de não ser possível o exercício de reflexão sobre o atual quadro, sem que as mesmas questões sejam enfrentadas criticamente. São, na verdade, indagações a exigir um novo mapeamento para a compreensão das subjetividades emergentes. Algo, no entrelaçamento *ser / linguagem* foi rompido com ressonâncias inevitáveis à relação *sujeito / discurso*, findando por redesenhar o campo das significações. Isto, inevitavelmente, evoca o exame das intrínsecas conexões entre modos de *ler / modos de ver/ modos de ser*.

A análise do fenômeno literário que, à luz das problematizações ditas pelo perfil da realidade presente, não levar em conta o *lugar* da literatura frente à incursão das novas linguagens, bem como o efeito destas na constituição do imaginário do leitor (receptor), sofre o sério risco de se tornar uma avaliação desfocada. A tradição analítico-interpretativa fixou grande parte de seu investimento no empenho em *mostrar* o signo (*zeigen*), em detrimento de uma não menos importante questão: a legibilidade do signo na perspectiva do leitor, o que veio a se tornar objeto da estética da recepção.

Nenhuma das três vertentes crítico-teóricas (Semiologia, Hermenêutica e Estética da Recepção) pode, hoje, prescindir do vasto instrumental que, em conjunto, as três tenham a oferecer. Ao que parece, está definitivamente esgotado o tempo firmado na crença de um saber prevalente sobre outros saberes, a despeito da insistência de algumas “territorialidades acadêmicas” em se outorgarem posturas hegemônicas. São todas honestas em seus propósitos de elucidação, porém todas incompletas perante a extensão da crise instalada no Ocidente.

Há um aspecto novo, no tocante à configuração das subjetividades emergentes. Gerações passadas perseguiram, como um valor pleno, a crença no sentido das coisas e, para tanto, investiam no conhecimento, referendando e reverenciando correntes do saber que melhor lhes satisfizessem o objetivo supremo de alcançar a compreensão profunda do que procuravam. *Ler* um romance e *ver* um filme ou uma peça de teatro significavam estados de abertura do ser à experiência *extática*, cujo ponto culminante

adviria da extração de tudo que pudesse sugerir *revelação*. Havia, na subjetividade, uma espécie de predisposição à vivência da epifania. Todavia, o perfil constatável no mundo vigente parece tanto silenciar sobre esse passado não muito distante, quanto inviabilizar a tentativa de revivê-lo.

O reconhecimento na existência de um mundo no qual a velocidade a reger as transformações se revela incompatível com o potencial de absorção por parte da consciência subjetiva pretende configurar o perfil de duas categorias de seres: a *subjetividade descentrada* e a *subjetividade prospectiva*, cujas configurações foram propostas no ensaio publicado no número 27 desta revista (cf. bibliografia).

Enfim, a questão central gravita em torno do esforço reflexivo em compreender, na ponte possível entre o pensamento teórico e o pensamento especulativo, como, no mundo imposto à consciência subjetiva, se equacionam as relações entre *sujeito*, *discursos* e *interpretação*.

O sentido e a interpretação

De início, faz-se indispensável o esclarecimento quanto ao que cerca a palavra “sentido”. Trata-se de um termo de amplo espectro semântico ainda em plena vigência na língua. Quatro, pelo menos, podem ser as acepções: 1. como particípio de “sentir”; 2. como substantivo, cujo radical também figura na palavra “sentimento”; 3. como substantivo equivalente a “direção”; 4. como substantivo relativo a “significado”.

Não devemos ignorar que, em italiano, a expressão presente na orientação de trânsito é “*senso único*”. Em português, “senso” – palavra da qual também se origina “sensibilidade” – reaparece na expressão “bom senso” (juízo / razão). Portanto, “direção”, “sentimento”, “juízo” e “significado” parecem constituir um campo semântico a criar em si correlações nem sempre levadas em conta na prática comunicacional da contemporaneidade. Em algum momento da modernidade, uma fratura de perfil ontológico separou a *razão* da *sensibilidade*, contrariando a origem das palavras.

A título de melhor clareza quanto ao que se deseja expor, é aconselhável explicitar a teia de significados acima discriminada. Não há “sentimento” desprovido de uma “direção” definida por uma “razão”, cuja essência é da ordem do “sensível”, visto que o ato de pensar não pode prescindir do momento que o antecede. Algo precisa comover o ser, a fim de este entregar-se à reflexão. De igual modo, não se consolida um sentimento sem que ele não se torne uma *dobra* do próprio pensamento.

Sem o esforço de pensar o sentir, o ser se esvai na febril sucessão dos acontecimentos e nestes finda por se perder. Não pensando o sentir, o ser também fica impossibilitado de sentir o pensar. Assim, destituído do pensar e do sentir, resta-lhe, como derradeiro reduto, o agir. Que eficácia, porém, terá para a construção da vida uma ação divorciada do pensamento e do sentimento? Talvez, a desconfiança de que um vazio prolongado circunda a ação é que impulsiona o ser na direção de outras sucessivas e ininterruptas ações. Uma insatisfação permanente, mas de procedência ignorada, torna esse ser anônimo presa de um cotidiano frenético. Quanto mais nele mergulha, mais dele se faz dependente. Sem arte, sem discurso, sem utopia, como assim Drummond traça o perfil de José, o ser da cena contemporânea cada vez mais se distancia de uma reconciliação com o *sentido*. Atônito, disperso e fragmentado, o ser vive o delírio de uma diáspora. De igual modo, divorciado de uma cumplicidade com a ordem do sentido, o ser abandona o processo interpretativo, sem se aperceber de que, com tal atitude, na verdade ele abdica de sua condição de sujeito leitor, fazendo-se mero receptor passivo de uma estratégia contra a qual não poderá oferecer resistência.

À primeira vista, a proposta de uma abordagem reflexiva em torno do sentido poderia sugerir o investimento numa trilha já amplamente percorrida e explorada, seja pela filosofia, seja pelas ciências da linguagem. A fenomenologia, de um lado, e a psicanálise, a lingüística e a semiologia, de outro, não pouparam esforços na tentativa de elucidação do problema que envolve o campo do significado e da interpretação. Não são poucas, por isso, as contribuições teóricas e operatórias legadas por um elenco de pensadores que, ora em áreas específicas, ora em campos do saber cujas fronteiras nem sempre são radicalmente definidas, sobre os enigmas a cercarem a linguagem, em torno do binômio *sentido / interpretação*, lançaram seus olhares. Nessa direção, faz-se indispensável a referência a Friedrich Schleiermacher - que, em 1801, inaugura a investigação formal em torno da questão do sentido e da interpretação ao publicar a obra *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. A ele se seguem Freud, Saussure, Husserl, Peirce, Ogden y Richards, Wittgenstein, Heidegger, Merleau-Ponty, Austin, Paul Ricoeur, Chomsky, Umberto Eco, Roland Barthes, Julia Kristeva, e mais enfaticamente Hans Georg Gadamer.

A despeito da riqueza fixada pela *gnose* ocidental, no tocante a tudo que se relaciona com a ordem do sentido, não há de se desconhecer o fato de

algo aflorar na vida contemporânea, de modo a exigir uma análise à luz de outros fundamentos e configurações.

Se à margem deixamos o vasto acervo de reflexões do qual se ocupou a tradição do pensamento ocidental, que outra vereda especulativa se afigura, então, a ponto de justificar a proposição de um novo caminho?

A motivação inicial a dar suporte ao desafio provém da constatação de que, na vida contemporânea, se multiplicam mecanismos de codificação numa intensidade e difusão jamais registradas em épocas anteriores. O saber humano, principalmente ao longo do século XX, desenvolveu uma tecnologia capaz de redesenhar e redefinir percepções, concepções e relações entre ser, linguagem, espaço e tempo. É um equívoco considerar-se que apenas dispomos de outras “ferramentas”. Não se trata de simples e mera substituição técnica. A passagem de um texto manuscrito para um texto datilografado não se confunde com o transporte dessas modalidades para a digitação, sem citarmos outras situações ainda mais complexas e sofisticadas.

De certo modo, um texto manuscrito ou datilografado encerra um tipo de produção discursiva na qual se verifica uma experiência concreta entre o ser e a linguagem. A palavra consignada na folha de papel assume uma presença, cuja concretude tanto preenche um espaço quanto parece paralisar o tempo. Todavia, quando a palavra se transforma em sinal luminoso na tela de um visor, fica a impressão de não mais ser a mesma. Instala-se outra mediação capaz de tornar a palavra desprovida de qualquer responsabilidade maior. Tão rapidamente e silenciosa surge quanto velozmente desaparece, sem o menor vestígio de haver existido. É a ascese comunicativa. Nela não há lugar para o delito da linguagem.

No novo tempo, também a linguagem, no seu uso cotidiano, se vai moldando a uma espécie de “limpeza étnica”, sob o rígido controle instituído pelo cânone do “politicamente correto”. Não há rabiscos a acusarem um enigmático subtexto; inexistente uma camada superposta de um corretor, seja em forma de crosta, seja como fita adesiva. Fica um texto absolutamente “limpo” no qual nada indica as idas e vindas de um pensamento. Sequer há lugar para um gesto de revolta que outrora se materializava no corajoso ímpeto de rasgar o papel escrito. Basta agora um “clique” para tudo ser lançado ao nada. É uma espécie de estado de *nirvanização* da linguagem. Um leve toque basta para eliminar vestígios de um pensamento recusado.

A digressão em torno do tema das novas tecnologias a circundarem a experiência da escrita nos atuais tempos em nada se confunde com um possível lamento por uma época ora sepultada. Menos ainda se deseja ignorar a praticidade que as “ferramentas” modernas ofereçam. Não é isto que está em jogo. O que se pretende é avaliar em que medida efetivamente as novas tecnologias comunicacionais alteram (ou não) a subjetividade, principalmente no que o tema diga respeito à cognição e à percepção, a fim de se configurar (ou não) um quadro cultural, com reverberações no âmbito existencial, em que estaria instalada, para as novas gerações, a *crise do sentido*, porque, em assim sendo, afetada também estaria a subjetividade, bem como tudo o mais que dela decorreria.

Partamos, pois, de uma hipótese. Se espaço e tempo adquirem outra dimensão, é pouco provável que a subjetividade, como territorialidade existencial, permaneça inalterada. Seguramente, tal afecção não atinge o ser forjado e formado em outras épocas. Para este, o que se oferece é ou a sumária exclusão, mediante uma atitude de caráter fóbico, ou a mera assimilação funcional exigida pelos novos “instrumentos”. O problema, na verdade, está posto para as novas gerações em cuja realidade já encontram as máquinas com as respectivas linguagens. Não podemos ignorar que, a partir das últimas décadas, o contato com o mundo é mediado por processos audiovisuais, determinando experiências entre ser e mundo anteriores ao período de alfabetização. Na cena futura, não muito distante, – e para algumas camadas privilegiadas da população já o fato se constitui presente – a descoberta da palavra dar-se-á simultaneamente com o contato com televisão e computador. Estímulos sensoriais, portanto, estarão mapeando a subjetividade nascente dos seres, modificando, substancialmente, as relações perceptivas e cognitivas. Tratar-se-á de um outro regime no qual a palavra passará por um processo de redefinição quanto ao sentido de ritmo, de modo a fixar-se nela diferente conceito de duração. O fato quer sinalizar que o tempo da palavra haverá de se subordinar à impregnação da velocidade proveniente das tecnologias da imagem. Estaremos, pois, a supor a emergência de um novo ser para o qual se impõe um novo sentido de *duração*? E sendo isto verdade, quais as possíveis conseqüências no tocante à construção da subjetividade?

Já uma observação mais atenta a fenômenos comportamentais contemporâneos dá existência de que se detectam transformações tanto em crianças quanto em adolescentes. A velocidade do mundo (e implícitas estão as

novas linguagens) tem modificado acentuadamente o ritmo da fala. O modo como os mais jovens se expressam se vem definindo por um ritmo nervoso, agravado pelo descompasso entre a aceleração da fala e a insuficiência de repertório verbal. Em termos mais precisos, deseja-se acentuar que a aceleração decorre da interiorização do ritmo das imagens e a insuficiência verbal deriva do vocabulário limitado, propiciando, na fala, a inserção de insistentes recursos fáticos, além de repetições tanto lexicais quanto sintáticas, num resultado final que não ultrapassa o nível rústico da comunicabilidade. Em resumo, parece conspirar contra a eficácia comunicativa dos novos tempos a cumplicidade de dois fatores de efeito letal para a atividade pensante: a tirania do tempo e a diáspora das imagens, ambas sob a tutela da tecnologia.

Faz-se igualmente perceptível a deficiência progressiva no ato da escrita, particularmente quanto às construções sintáticas, freqüentemente habitadas por truncamentos, desconexões, além de inevitáveis deformações de caráter semântico, com ênfase na justaposição de conteúdos díspares (heteróclitos), sob o revestimento de um processo cada vez menos subordinativo e mais simploriamente coordenativo.

É sabido que as linguagens audiovisuais privilegiam, sobretudo na realidade brasileira, a entropia, ou seja, a comunicação centrada tanto no ruído (taxa dispersa de informação) quanto na mudança brusca de assuntos. O cruzamento de tais procedimentos finda por potencializar a cadeia significativa que, por conseqüência, acarreta, no âmbito da recepção, estimuladora perturbação do significado. Vale dizer: há no modo de codificação das mensagens e de disseminação dos conteúdos um incentivo ao “sentido entrópico”.

Curiosamente, o século XX, sobretudo nas suas últimas décadas, se tornou palco de estratégias políticas, com conseqüências diretas nos sistemas educacionais, marcadas por eficientes métodos de controle tanto no âmbito do *sentido* quanto na esfera da *interpretação*, determinando o enfraquecimento do pensamento crítico-analítico. A massificação do ensino, de inspiração norte-americana, em muito para tal concorreu, ao exportar o modelo da “múltipla escolha”. Prontamente, os sistemas educacionais adotaram-no, a ponto de excluírem quaisquer outros métodos. Duas gerações, pelo menos, foram formadas à luz dessa dinâmica. Também, no campo acadêmico, se ouviram vozes que, sob a forma de artigos e ensaios, proclamavam a falência do *sentido*, sob a alegação de que o investimento no

sentido se revestia de um manto autoritário. Igual caminho tomou a crítica, no tocante à *interpretação*, alvo de banalização, sob o argumento de que interpretar seria um ato menor, inexpressivo e perigoso, dada a sua falta de suporte científico.

Paralelamente à adoção de métodos que inibiam o culto ao sentido e à difusão de retóricas que ridicularizavam o exercício interpretativo, floresciam, no interior da cultura de massa, produtos cada vez mais chapados na “realidade”, em nome de um “realismo denunciante”, fazendo imperar a “cultura jornalística”. Cinema, teatro, literatura, novelas (e outros derivados) pegaram carona e, assim, a cultura e o pensamento se foram esvaziando em direção ao quase absoluto ostracismo e desprestígio. Não havia mais o que interpretar, se tudo estava à mostra. O fascínio diante de uma imagem de televisão e de uma foto estampada em jornal ou revista bastava para silenciar qualquer tentativa de “ler” para além do visível. Com essa fórmula, estava assegurada a solidez dos regimes democráticos ou ditatoriais.

Daquela época para esta, se vem constatando progressiva perda, seja na capacidade de codificação, seja na potencialidade da decodificação. O que se verifica é a intensificação de ofertas cujo horizonte de provocação não vai além de um grau mínimo de exigência. Tudo está incorporado pela indústria do entretenimento a serviço da espetacularização do mundo. Descartes e Kant parecem referências cada vez menos reconhecíveis, o que faz supor a fragilização crescente das conexões gnosiológicas atinentes à composição triádica *sujeito / conhecimento / representação*. Nessa perspectiva, o ato de interpretar, à luz dos valores hoje preconizados, está condenado a constituir-se num procedimento de pouca ou nenhuma relevância. Para alguns segmentos forjados no modelo cibernético-tecnicista, *interpretação* significa uma “viagem irresponsável”, própria de mentes conspiratórias. Assim, *interpretação* e *sentido* não mais integram o campo da inteligência. Esta, segundo novos padrões prestigiosos, tem a ver com rapidez na informação que, por sua vez, forma aliança com a acelerada destreza na operacionalização das ferramentas tecnológicas. O novo modelo tem pleno respaldo das estruturas educacionais. Nelas, se encontra o primeiro degrau para o crescente desprestígio da prática interpretativa, em nome de um ajuste às demandas do progresso.

As inovações midiáticas e infográficas, além do aperfeiçoamento técnico por que passaram as invenções do século XIX (fotografia e cinema), fundaram diferentes elos, desfazendo antigas e, até então, perpetuadas associações entre as quatro configurações (ser / linguagem / espaço / tempo).

O novo instrumental midiático-tecnológico instalou uma ruptura esquizóide na aura do “sentido”. É, pois, no centro desse “quadrado” da identidade do sujeito que o “sentido” entra em crise. Não se trata mais da crise da linguagem, conforme tematizaram as vanguardas das duas primeiras décadas do século XX, mas a “crise do sentido” como processo capaz de afetar a instância subjetiva.

Enquanto a tradição ocidental procurou ocupar-se com o desvelamento do sentido oculto em todas as coisas, a contemporaneidade para a qual proporemos o conceito de *hipermodernidade*, parece apostar na possibilidade de “fruir” qualquer experiência, abdicando de buscar, na vivência da fruição, o sentido. É nessa perspectiva que a presente proposta reflexiva não encontra respostas nem soluções satisfatórias em nenhuma fonte anterior.

A falta de referências, à altura de explicarem os atuais impasses, obviamente não provém da fragilidade intelectual dos pensadores, e sim do fato de que estes não tinham diante de si o quadro hoje posto. É bem verdade que os frankfurtianos, com especial destaque para Adorno, Horkheimer e Benjamin, deram os primeiros passos. Contudo, o diagnóstico por eles realizado careceu de referências mais precisas, em face da inexistência das invenções que os sucederam. Diante deles havia, como novas modalidades, o rádio e a televisão, e, ainda assim, com uma estetização e alcance bastante diversos daqueles que tais meios foram, com o avançar dos tempos, incorporando e produzindo.

A defasagem de época que atualmente separa as configurações do mundo contemporâneo em relação às percepções dos teóricos frankfurtianos é suficiente para, em parte, tornar frágeis outros tantos argumentos, quando confrontados com os mais recentes acontecimentos de perfil macrossistêmico. A própria formulação de “Indústria Cultural”, como Adorno a conceituou em 1947, não dá conta dos novos pactos firmados entre a subjetividade e as tecnologias midiáticas e infográficas. Por sua vez, a “perda da aura” na obra de arte, fruto da democratização a que ficou exposto o objeto estético, de acordo com o vaticínio de Benjamin, fica hoje a dever (e a merecer) reavaliações, frente aos distúrbios relativos a que, nos tempos atuais, se opõe a “fruição estética”. Em síntese, pretende-se caracterizar que o legado reflexivo articulado pela matriz frankfurtiana se esqueceu de problematizar como se desdobrariam os processos de subjetivação, por haverem os teóricos priorizado o enfoque centrado no conceito de massa.

Seguramente, à época dos citados teóricos, entre as décadas 30 e 60 do século XX, por mais que atentos estivessem, ser-lhes-ia inimaginável o revolucionário e intrincado desdobramento promovido pela tecnologia, com seus reflexos inevitáveis nas esferas da política, economia e cultura em que, a partir daí, estariam enredadas as gerações sucessoras.

Reconhecemos, no mundo atual, a existência de condições radicalmente diferentes daquelas que marcaram a experiência de vida em épocas anteriores não é mais uma questão de opção. Na verdade, o cenário posto impõe nova visibilidade a todo aquele que se destina a pensar os caminhos da cultura e da formação do ser. É no rastro, pois, desse reconhecimento que se capturam da realidade evidências indicadoras de perturbação que hoje permeiam tanto as relações superficiais quanto as de caráter essencial, no tocante ao embate entre o ser e o mundo.

Intenso estranhamento parece atravessar as conexões que antes uniam o eu à realidade objetiva. Saliente-se que o estranhamento aqui nomeado não se confunde com a homônima categoria que, no entender dos formalistas russos, era componente inseparável da arte. Estranhamento aqui significa um modo *esquizo* que a consciência assume ao entrar em conflito com a ordem constituída, até o próprio sujeito não mais se reconhecer como tal. Desse processo finda por ressentir-se também a própria arte, como portadora, que é, de sentido. Sob esse aspecto, talvez, seja oportuno lembrar as considerações articuladas por Adorno na abertura de sua *Teoria estética* (s.d.: 11):

A autonomia que ela [a arte] adquiriu, após se ter desembaraçado da função cultural e dos seus duplicadores, vivia da idéia de humanidade. Foi abalada à medida que a sociedade se tornava menos humana. Na arte, as constituintes que dimanaram do ideal de humanidade estiolaram-se em virtude da lei do próprio movimento.

Impasses e proposições em torno do *sentido*

Num certo sentido, poderá parecer extemporâneo, frente às transformações em curso, sugerir um repensar a respeito do *sentido*. De certo modo, buscar o sentido das coisas não mais se afigura como um valor em si mesmo. Vive-se, como bem o percebe Paul Virilio, a era da *dromologia*². Tudo é regulado pela relação entre eficácia e rapidez. No novo modelo,

não há lugar nem tempo para o ato reflexivo, ou seja, o pensamento carece daquilo que sempre lhe foi indispensável: a dobra sobre si mesmo. O regime da velocidade com o qual se pauta a realidade da informação não se afina com a lentidão requerida pelo pensamento. Assim, refletir, relativizar, ponderar e examinar são estados mentais cada vez menos freqüentes e prestigiosos. Nessa perspectiva, revela-se inevitável a instalação de um quadro no qual se torne a crise do sentido o foco necessário para possibilitar a provocação reativa.

A reatividade, originada do impulso de ir contra o modelo, impõe, de início, um nível de envolvimento com, pelo menos, o encontro de sentimentos que tanto atravessam a inquietação febricitante quanto desencadeiam surtos de desconforto. Todavia, se algum preço há a ser pago para tal enfrentamento, há também de restar o consolo do quanto isto é melhor que o estado de indiferença. Mais não seja, visitar criticamente o terreno movediço da atualidade – “pós-modernidade” para outros – implica tomada de posição diante das profundas contradições que os novos tempos não se intimidam em formular numa voraz mutação, sempre pronta a capturar a consciência desatenta e, em conseqüência, instalar, na ordem constitutiva do sujeito, a propensão à vivência de um estado de torpor. Como isso afeta o território da subjetividade? De que maneira o atual quadro de referências se faz perceptível à capacidade maior ou menor de os indivíduos promoverem a leitura adequada, no tocante aos níveis de inserção de suas existencialidades na condução das respectivas vidas? Este parece configurar um quadro tanto enigmático quanto conflituoso. Tal reconhecimento é o suficiente para justificar um esboço de análise.

O fascínio exercido pelo insólito ou pelo inusitado, no imaginário das pessoas, é, em tempos atuais, algo de mais clara visibilidade. É bem verdade que os meios de comunicação de massa têm investido intensamente na exploração sensacionalista acerca de tudo que possa parecer aberratório. O reconhecimento desse fato, porém, não basta. Para tanto, é indispensável compreender-se o quadro de conexões responsáveis pela manifestação de tal tendência. Algo de mais profundo, portanto, há de atuar no regime de cumplicidade entre o que é exposto pela mídia e o que é da aceitação do público. Ao menos, duas perguntas, a respeito dessa questão, devem ser propostas: 1^a. Que estranho impulso move pessoas dos mais diferentes segmentos e formações em direção a conteúdos identificados com o apequenamento da vida?; 2^a. Terá a realidade perdido a capacidade de ofe-

recer encantos semeadores de projetos instigantes, e, por conta disso, estará sufocado, no indivíduo, o desejo em querer descobri-los?

As questões acima formuladas parecem ir ao encontro de um denominador comum: a assimetria criada entre o indivíduo e o conhecimento. A fratura produzida no interior desse binômio era, já nos arredores dos efervescentes anos 1960, alvo de preocupação presente na escrita de Pierre Fougeyrollas (1972: 11), a exemplo do que a seguinte passagem revela:

Não apenas o público utiliza as técnicas mais modernas, ou delas se beneficia sem saber em que consistem os processos que comportam, e sem poder, a maior parte das vezes, adquirir tal saber, mas os próprios especialistas são reduzidos à mesma ignorância em relação a todas as técnicas que não pertencem à sua especialidade.

De modo contundente, conclui Fougeyrollas (1972: 11): “A tecnificação do mundo tem como inevitável contrapartida certa extensão da ignorância humana.” Inúmeras razões têm concorrido para a criação de um painel cujos contornos da moldura são definidos por conteúdos absolutamente desconexos, afetando gravemente instâncias do conhecimento. O saber que, nos tempos atuais, se oferece à aquisição pela mais variada gama de formas e possibilidades parece não mais constituir-se num instrumento produtor de consciências capazes de promover níveis rentáveis de reflexão, inviabilizando, assim, a própria natureza do que podia sustentar o exercício do diálogo e do debate.

No cenário posto pela turbulência da era tecnológica, em regime de cumplicidade com a estratégia das leis de mercado, é a linguagem que se vê alvo de frontal ameaça, o que tem concorrido para o desprestígio do pensamento. Contra essa situação, parece prevalecer certa inércia ou aceitação passiva, inclusive nos redutos nos quais o problema deveria ser radicalmente combatido. Diante do novo quadro, fica a sensação de que o pensamento de Martin Heidegger, ao fixar a máxima de que o ser se realiza na linguagem, seja algo de um passado irrecuperável. Também se vê debilitada a crença de Félix Guattari, ao apostar na eficácia da revolução molecular. Restará, portanto, aos mínimos focos de resistência crítica apenas o consolo de um legado fatalista e pessimista com o qual Cioran traçou os destinos dos novos tempos? Ou, por outra, ainda será viável a aparição

de intercessores, como o pensou Gilles Deleuze? As questões estão postas, em confronto com os obstáculos que se fazem visíveis. O que falta é determinação reativa. Quem são os parceiros dispostos à aventura? Onde estão? Ainda existem, ou, simplesmente, des(x)istiram?

No rastreamento de uma goma gelatinosa com que se configura a realidade presente, salta aos olhos a mistificação crescente em torno do poder da informação. A comodidade oferecida pela matéria condensada passou a predominar sobre qualquer outro processo de aquisição do saber. A ilusão de sentir-se conectado aos mais recentes acontecimentos do mundo sugere enganosa sensação de segurança. O ser não se dá conta do *vão* (do latim *vanu* – radical de devaneio) que o cerca. Por perversidade ou incompetência, a *grade midiática*³ constrói a rede de informações, subtraindo-lhe as relações internas geradoras do *sentido*, com as quais o receptor poderia promover o grau de entendimento necessário.

Na medida em que o nexa é ocultado, priva-se a consciência do domínio sobre as coisas, instaurando o regime do absurdo. Não havendo disposição ou instrumental teórico à altura da decodificação exigida, o ser se deixa atrair pela suavidade quase gozosa do *devaneio*⁴. Não mais o *vanu* libertador – estado de transgressão criativa contra o aprisionamento da asfixiante realidade – mas aquilo que nega a possibilidade de centramento do sujeito, condenando-o à ilusória sustentável leveza do ser, capaz de inviabilizar-lhe a experiência profunda da *gnose*, na sua relação com a existência.

Divorciado de um saber eficaz, o ser da modernidade é levado a compreender a realidade como expressão do que é irredutível à ordem do sentido, passando a considerá-la desprovida de logicidade. Como o *devaneio*, sem função libertária, se torna um estado insuportável, o ser sai em busca do que se lhe apresentar como promessa de *sentido*. É nesse movimento equivocado que se instala o culto ao aleatório, aqui entendido como a inserção de uma experiência destituída de qualquer nexa quanto a situações antecedentes ou conseqüentes, cujo efeito torna o valor da razão aviltado pelo aceno de um discurso que se encarrega de produzir significado aparente para as coisas. Como resultado, o ser retira de si a condição de órfão do sentido, para confortar-se com a explicação ofertada.

Pelo exposto, nivelam-se e multiplicam-se, na vivência da agonia moderna, práticas esotéricas, consumo de drogas, receituários astrais, curandeirismo e outros mecanismos de auto-ajuda escapista, inundando, com apelos dos mais sedutores, as vitrines e os anúncios do *marketing espi-*

ritual, ou *mercado das subjetividades*. O sintoma adquire perfil de progressiva gravidade, ao perceber-se o crescente número de adeptos cuja origem provém de uma esfera onde, supostamente, agiria, como antídoto natural, o saber crítico. Há, portanto, uma deliberada substituição de uma matriz por outra, sem que as novas tribos percebam o que efetivamente está sendo alvo da troca: o saber estruturante pelo conteúdo aleatório.

Em nome da salvação da subjetividade, proliferam práticas obscurantistas, revestidas de aparentes “saberes” que, para serem absorvidos, exigem ritos de iniciação, linguagens cifradas, configurando uma avalanche de novas “religiões do desespero”. Sob tal regime, abolem-se critérios de logicidade. Os mapas astrais, por exemplo, sinalizam *informações*, independentemente de a astronomia se haver desenvolvido, modificando referências anteriores. Igual problema se estende à credence que cerca a simbologia dos números. A legião de devotos tocada por essa investigação não se dá conta de que tudo parte de um pressuposto também aleatório: a data de nascimento é produto de uma convenção cultural arbitrária. O calendário católico, por exemplo, não é igual ao judaico e muito menos o é para os chineses. Todavia, mesmo a mais elementar e óbvia argumentação não encontra mínima aceitação, se o que está em jogo é a regressão intelectual como forma de sobrevivência psíquica.

Esmagado pelo racionalismo que impõe saberes sofisticados e acuado por um pragmatismo irrefreável que determina práticas construtoras de uma ética dos interesses, o ser mediano, desinstrumentalizado de conteúdos à altura de lhe possibilitarem leitura profunda acerca do que se instala em âmbito sistêmico, se permite capturar por sedutores e mágicos apelos. Deste modo, “devanear” (culto ao vazio) se torna um verbo associado à entronização da *falsa lógica*, rainha de uma supra-realidade, transformando em escrava a razão que, neste contexto, a compreendemos como um processo cognitivo elaborado pelo ser, na sua experiência com a realidade, capaz de instrumentalizá-lo criticamente, de modo a viabilizar-lhe uma existência criativa, ousada e liberta de contaminações oriundas da estratégia do mascaramento. Somente ancorado à investigação crítica, a partir da escolha de critérios filosóficos, estéticos e éticos, o indivíduo far-se-á parceiro de seu imaginário. Por esse viés, há como a razão dialogar com o *acaso*. Sem isto, é fatal que o saber seja aviltado pela contaminação do *aleatório*, e destituído, a partir daí, de qualquer reconhecimento prestigioso, fora dos limites determinados pela lógica dos interesses sistêmicos.

Enquanto o acaso tem a propriedade de surpreender a realidade com algo inesperado a fundar um novo sentido, o *aleatório* se encarrega de camuflar as situações de vida, forjando no ser sombreamentos que o inviabilizam de perceber corretamente os fenômenos. É nesta estratégia que o sistema investe radicalmente.

O primeiro leva a uma reavaliação do conhecimento adquirido e, assim, poder dar conta do dado novo. O segundo desvia o ser de seu propósito de entendimento real, em face da presença de um discurso da *falsa lógica*. Em síntese, enquanto o acaso se faz cúmplice da liberdade, o *aleatório* emerge, sob a face da ilusão possível, para sinalizar o espasmo residual de miragem libertária.

A acentuada predominância e difusão do aleatório devolve à realidade contemporânea algo que, na Idade Média, se tornou um dos pilares daquela cultura: o obscurantismo. Se, na Idade Média, a verdade era refém de severo controle e protegida eficazmente por um modelo de sociedade que fazia do controle sobre o saber a exclusão da plebe, a fim de garantir a homogeneidade nos limites das elites palaciana e eclesiástica, não é menos evidente que, na atualidade, a sofisticação tecnológica produza resultados semelhantes.

Na Idade Média, a verdade pressupunha um valor em si mesma, com respaldo em determinações apriorísticas, legitimadas pelo poder e pelo prestígio de quem a professava. O exercício do contraditório, portanto, não era admitido, salvo quando o propósito fosse o de fortalecer o que se estipulasse como verdade. Em nome do sagrado, o Estado teocrático excluía o saber que pudesse ameaçar o princípio da soberania. Segundo os cânones medievais, o saber adquirido deveria destinar-se à ratificação do paradigma, silenciando qualquer voz da diferença. Já nos tempos da sofisticação tecnológica, a *verdade* se torna instrumento dos interesses que a regem, ora para divulgá-los, ora para ocultá-los. A esse propósito, presta-se o mito da informação. A informação que poderia servir como abertura para a construção do sentido finda por constituir-se na ferramenta com a qual se conspira contra a criticidade e o vigor analítico. Em tal descompasso, alargam-se horizontes sombrios.

As estratégias de mascaramento do real que, em passado distante, disseminavam temor, hoje, com nova roupagem, servem ao entorpecimento. A face do poder despótico cedeu lugar ao aparato tecno-científico ardidamente engendrado, pronto a *virtualizar* imagens, conceitos e fenôme-

nos, consagrando-lhes a *estandardização da aparência*. Aí se aloja a armadilha da *falsa lógica*, alimentadora do que, na *hipermodernidade*, se propaga como *culto ao devaneio*, firmando no ser o abandono da consciência e a recusa ao *sentido*. Ou seja, promovemos hoje a entronização da *doxa* (o livre e descompromissado exercício da opinião), em detrimento da afirmação da *episteme* (o ajuizamento do saber, a partir do encadeamento lógico e organizado, sob o suporte da *eficácia argumentativa*). Esclareça-se: a questão não é impedir a prática do livre discurso opinativo. Trata-se apenas de inserir sua função num quadro de adequação, de modo que a ordem do saber não se sinta alijada de sua condição. Em favor da exacerbação da prática opinativa, a “falastrice” passou a contaminar os redutos até então reservados ao exercício do saber. Essa inversão tem gerado inúmeros equívocos e deformações.

Paradoxalmente, não têm sido apenas os meios de comunicação de massa os responsáveis pelo grau de banalização reinante. A própria esfera do saber acadêmico, ao longo das últimas décadas, vem contribuindo com sua parcela: ora pela incapacidade de propor um discurso de ressonância eficaz, ora pela apressada tentativa de acompanhar os modismos teóricos, aplicando-os de maneira desorganizada e repassando-os a platéias desprovidas de um domínio do próprio tradicionalizado saber elementar. O reconhecimento de tal estado de coisas não deixa dúvidas quanto ao que tem sido realizado. Durante décadas, textos de Nietzsche, Heidegger, Benjamin, Foucault, Lacan, Eco, Derrida, Barthes, Deleuze, entre outros, povoaram cursos e geraram mais encantamento que conhecimento. O problema, obviamente, não se situava (e não se situa) nos respectivos pensadores mas na utilização que deles se fazia (e se faz). As platéias foram (e são) expostas a conteúdos complexos, sem o fornecimento de um suporte de saber a preceder a apreciação desses mesmos teóricos e pensadores. Por fim, tudo redundava em algo caótico. Assim, “apolíneo”, “dionisíaco”, “autenticidade”, “descontinuidade histórica”, “desconstrução”, por exemplo, se tornaram jargões discursivos aplicados às mais distintas situações. Em resumo: uma geração, perdida no seu próprio labirinto, padece da ausência de uma visão orgânica a respeito dos engendramentos que fundamentam o princípio de realidade, desencadeando o estilhaçamento da subjetividade.

Filhos midiáticos, agora em estado de deslumbramento com a virtualização ofertada pelo *kit multimídia*, e habituados ao modelo simplificador da mensagem, querem transferir, para a complexidade dos textos teóricos, o grau de referencialidade típico do padrão jornalístico,

sem atentarem para a natureza incompatível entre as duas modalidades, seja de escrita, seja de leitura. Enquanto a reflexão prima pelo exercício da abstração, em harmonia com a duração necessária à maturação das idéias, a informação privilegia a concretude, parceira do descartável. Tomar uma pela outra significa assinar o pacto com a perda do domínio sobre ambas. Desse equívoco advém uma das aporias da modernidade cujo perfil identificamos como *orfandade do sentido*. Isto quer dizer: a incapacidade de segmentos supostamente letrados, quando expostos a discursos simples ou complexos, viabilizarem procedimentos perceptivos e cognitivos num nível de entendimento razoável. Enfim, o paradigma instituído pelo *mercado cultural*⁵ parece não abrir mão do processo de abastardamento, em nome de uma máxima cínica a justificar e legitimar qualquer coisa: “O que importa é o que vende”. Outro padrão de referência, segundo consta, inexistente. Ou seja, o “império da esquizofrenia”⁶ não dá sinais de reversibilidade.

Na sociedade de consumo, em aliança com a economia de mercado, tudo pode ser justificável, sob a alegação de que há “público”. À luz de tal princípio, atender a demanda parece ser uma forma legítima e legal de consolidar relações democráticas (assim diz a “voz oficial”). Remover a *orfandade do sentido* é, portanto, um desafio inadiável, perante o quê não há como transigir. Combater, portanto, o primado do devaneio deve significar, em tempos atuais, restituir à ordem da razão o que dela vem sendo roubado. Fora isso, o que vigorará, em escala alarmante, será a *tribalização*, orientada por práticas de controle esquadrihadas em estratégias centradas no projeto de *nazificação do mundo*⁷. Aguardar o desfecho, ou transformar, é a questão...

Notas

* A presente escrita, com pequenas alterações, é a introdução da tese de doutoramento, *O sentido e a crise no curso da modernidade: a diáspora dos signos*, defendida em 19/09/03, na Faculdade de Letras da UFRJ, tendo obtido o grau “excelente”, com recomendação para publicação. Revisto o texto, em setembro de 2008, para esta publicação.

1. É na obra *A religião dentro dos limites da simples razão*, publicada em 1793, que Kant firma a diferença entre as duas manifestações. Para Kant, a maldade é a expressão acidental, subordinada a uma situação específica, enquanto o *mal* faz supor o engendramento de um processo constitutivo do ser (ou da História?).

2. Paul Virilio propõe esse conceito, ao analisar as relações entre velocidade (*dromologia*) e vida moderna, com especial ênfase nas áreas da arte e da política, notadamente em duas obras, ambas publicadas no Brasil em 1996: *A arte do motor e Velocidade e política*. (cf. bibliografia).

3. Por grade midiática, entenda-se o conjunto de estratégias construídas pelos meios de comuni-

ção, com o propósito de produzir no corpo societário a aparência de realidade.

4. Neste contexto, o termo é empregado para caracterizar o estado de recusa ao entendimento da realidade, não se confundindo com o caráter transgressor com que ele figura na ebulição do Romantismo, ou mesmo, nas vanguardas modernistas, no início do século passado. Nessas matrizes, o conceito de “devaneio” está associado a um sentimento libertário. Como tal, fundador de novos vislumbres do real.

5. Baseando-me no conceito de “indústria cultural”, formulado por Theodor Adorno, uso a expressão “mercado cultural”, em razão de a palavra “mercado” traduzir com mais propriedade a situação presente. Além disso, é bom destacar que o conceito de Adorno remete o entendimento da questão ao campo da produção, enquanto a idéia de mercado desloca a análise para a esfera da distribuição, o que se situa em melhor acordo com a abordagem proposta.

6. Trata-se de um conceito que desenvolvo no livro *Crise e escritura: uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira* (cf. bibliografia).

7. Com o rótulo de “nazificação do mundo”, procuro configurar um estado crescente de controle que, sobre o indivíduo, vem sendo exercido, em atendimento a interesses identificados com a ordem do capital, a partir das novas relações de poder por ela posta em prática na sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

_____. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos B. de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CASTRO, Manuel Antônio de. *Poética e poesis: a questão da interpretação*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 2000. (Série Conferências, V. 5).

CYRULNIK, Boris. *La naissance du sens*. Paris: Hachette, 1995.

COMTE-SPONVILLE, André. *Tratado do desespero e da beatitude*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Col. Estudos, 35).

ECO, Umberto. *The role of the reader: explorations in the semiotics of texts*. Indiana: Bloomington, 1984.

_____. *Interpretação e superinterpretação*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Os limites da interpretação*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Col. Estudos, 135).

_____. *O leitor modelo*. In: _____. *Lector in fabula*. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Col. Estudos, 89).

- FOUGGEYROLLAS, Pierre. *A filosofia em questão*. Trad. Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HEGEL, G. W. F. *Estética: a arte clássica e a arte romântica* (vol. 4). Trad. Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.
- _____. *Estética: arte simbólica* (vol. 3). Trad. Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1970.
- _____. *O pós-socialismo*. Trad. Sonia Godfeder e Ramon A. Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Crítica da razão pura*. In: *Kant* (I). Trad. Valério Rhoden e U. Baldur Monsburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os pensadores).
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: *Kant* (II). Trad. Tania Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os pensadores).
- KRISTEVA, Julia. *Sentido e contra-senso da revolta: poderes e limites da psicanálise I*. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LUCCHESI, Ivo. *Crise e escritura: uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. *O papel do educador na sociedade contemporânea*. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Estudos de Lingüística e Literatura*. Rio de Janeiro: Corujinha / Conselho Federal de Cultura, 1983. pp.1-20.
- _____. *O vigor do sentido contra o devaneio obscurantista*. In: VÁRIOS. *Revista Aquila* (1). Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 1997. pp. 137-164.
- _____. *Os sentidos da dor e duas traições: Rousseau e Machado*. In: VÁRIOS. *Comum* (14). Rio de Janeiro: OHAEC, 2000. pp. 119-140.
- _____. *Comunicação e crise*. In: VÁRIOS. *Comunicação & comunidade*. Rio de Janeiro: OHAEC, 2001. pp. 41-44.
- _____. *O ler, o ver e o ser na sociedade creôntica e imagofrênica*. In: VÁRIOS. *Comum* (27). Rio de Janeiro: OHAEC, 2006. pp. 26-85.
- RICOEUR, Paul. *Conflitos das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. M. F. Sá Correia. Porto: RÉS, [s.d.].
- _____. *Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II*. Trad. Alcino Cartaxo et Maria José Sarabando. Porto: RÉS, [s.d.].

- _____. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1996.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos. *Para uma teoria da interpretação: semiologia, literatura e interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. Trad. Carlos E. J. Machado e Luiz A. Obojes. São Paulo: Brasiliense / UNESP, 1995.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Trad. e apresentação Celso Reni Braidá. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Trad. Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- TAMEN, Miguel. *Maneiras da interpretação: os fins do argumento nos estudos literários*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIGNER, Gerard. *Lire: du texte au sens - éléments pour apprentissage et un enseignement de la lecture*. Paris: Clé International, 1979.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. Trad. Celso Mauro Puciornik e prefácio de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *A arte do motor*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WEBER, Max. *An intellectual portrait*. New York: Doubleday, 1960.
- _____. *Weber: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Col. Os Economistas).

Resumo

O presente texto é uma reflexão sobre múltiplos aspectos que, na sociedade moderna, geram dificuldades para o exercício da interpretação e para a “estética do sentido”, em função de um modelo cultural que, cada vez mais, estimula a “estética da ilusão”.

Palavras-chave

Interpretação; Crítica; Paradigma cultural.

Abstract

This paper is an reflective attempt on the multiple aspects of what, in modern society, produces difficulties for interpretation exercises and to a “sense aesthetics”, due to a cultural pathern that, increasingly, stimulates the “ilusion aesthetics”

Key-words

Interpretation; Critics; Cultural paradigm.